



Espaço agrário do município de Governador Mangabeira-BA: a agroecologia como instrumento para a transição do modelo de produção e reprodução social da Agricultura Familiar

Agricultural space of the Governador Mangabeira-BA: agroecology as an instrument for the model transition the production and social reproduction of Family Farming

SANTOS, Jánderson

Universidade Federal da Bahia, santanajanderson749@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar o espaço agrário do município de Governador Mangabeira-BA, tendo como ponto de partida o estudo realizado com os agricultores/as familiares da comunidade do Carpina, abordando o contexto agrário, relações de trabalho, sistema de produção implementado pelos agricultores/as com a produção integrada de fumo, e a análise da utilização da agroecologia como uma ferramenta que pode contribuir para a transição das consequências históricas de um modelo de produção baseada na monocultura do fumo para exportação e, atualizada no modelo de integração do fumo e produção para exportação de laranja e mandioca para uma produção diversificada e sustentável. A transição agroecológica pode ser utilizada como uma ferramenta capaz de intervir para a substituição do paradigma de produção agrícola da fumicultura e da laranja para um modelo de produção diversificado, sustentável e economicamente viável para as famílias agricultoras.

Palavra-chave: estrutura fundiária, transição agroecológica; agricultura integrada.

Introdução

O trabalho apresenta as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares para conseguir se reproduzir socialmente no espaço agrário do município de Governador Mangabeira-BA, em um cenário com concentração fundiária, exploração da mão de obra familiar com a produção integrada de fumo. E a necessidade de buscar empregos extra agrícolas para complementação da renda familiar. E, ainda, como a produção de alimentos para autoconsumo e criações de pequenos animais, realizada pelos agricultores/as como atividades importantes para assegurar a segurança e soberania alimentar das famílias, em um contexto de renda insuficiente oriunda da produção de fumo.

A pesquisa tem como ponto de partida os estudos locais e pesquisa de campo realizada na Comunidade do Carpina localizada no município de Governador Mangabeira-BA. A estrutura fundiária predominante dos municípios do Recôncavo, incluindo Governador Mangabeira-BA, são as propriedades rurais de tipo minifúndios. O processo de minifundiarização atinge principalmente as propriedades da Agricultura Familiar (IBGE, 2017).

O município de Governador Mangabeira-BA tem 2.144 propriedades rurais, 2.054 propriedades rurais são minifúndios (área menor que o módulo fiscal do município



que é 30 hectares) e 17 produtores/agricultores sem área de produção. Os agricultores (as) analisados na pesquisa fazem parte do grupo de 1.869 propriedades rurais que tem no máximo 3 hectares. Os principais cultivos desenvolvidos são fumo, mandioca, milho, laranja, limão e feijão (IBGE, 2017).

O espaço agrário do Recôncavo, foi um dos mais explorados com o cultivo da cana-de-açúcar e fumo para exportação no período colonial, utilizando mão de obra de indivíduos negros (as) escravizados (as), sendo que a produção de fumo até os dias atuais ocupa uma parcela importante nas propriedades da Agricultura Familiar do município de Governador Mangabeira-BA.

Os modelos agrícolas que exploram os trabalhadores (as), degradam os bens comuns da natureza, precisam ser superados por outros modelos de produção que tenham como pilares a sustentabilidade ecológica, econômica e social. Identificam-se a reforma agrária, Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar e a transição agroecológica como possibilidades que podem vir a contribuir com a produção e reprodução social digna e adequada a Agricultura Familiar no espaço agrário.

De acordo com Caporal e Costabeber (2004, p. 11) “A Agroecologia é entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis”. Neste sentido, cabe ao Estado promover políticas, programas e ações integradas para a implementação de experiências concretas de transição agroecológica.

A agroecologia requer investimento públicos e mão de obra extremamente qualificada para trabalhar suas dimensões ecológicas, econômicas, sociais e culturais, visando uma produção agrícola harmoniosa com a natureza, pensando nas gerações futuras e redução das desigualdades econômicas e sociais. Para tal mudança é necessário reestruturação da estrutura fundiária, com políticas agrárias que tornem possível a condução da agricultura para a sustentabilidade das propriedades agrícolas.

Metodologia

A pesquisa se sustentou em abordagens qualitativa e quantitativa, com análise dos dados que interferem no processo de reprodução social da Agricultura Familiar no espaço agrário analisado.

Foram realizados estudos locais, e 3 entrevistas com lideranças comunitárias, para compreender o contexto agrário analisado. Assim, num segundo momento, fez-se uso do Guia Metodológico “Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários”, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, para construção dos questionário semiestruturado que utiliza o cálculo econômico para a produção familiar e renda agrícola das propriedades familiares, que foram aplicados na área de interesse da pesquisa. Os 34 questionários semiestruturados foram



utilizados para construção das tipologias dos agricultores da comunidade do Carpina. A comunidade é representativa para o recorte da Agricultura Familiar, em termos de tamanho das propriedades, concentração fundiária no município em questão, cultivos desenvolvidos, estrutura racial da população, áreas de pastagens, clima, vegetação e situação socioeconômica.

Resultados e Discussão

A comunidade do Carpina está localizada no município de Governador Mangabeira-BA, no Recôncavo da Bahia, é originária da Fazenda Carapina que pertencia ao município de Muritiba – BA. No final da década de 50, indivíduos negros da região venderam sua força de trabalho para os grandes fazendeiros, reservando parte dos valores recebidos para posteriormente adquirir terras. Outro aspecto importante a considerar é a composição da comunidade, que por sua vez, se deu pela compra de terras da Fazenda Carapina, pertencente a oito herdeiros que venderam partes de sua propriedade aos trabalhadores rurais da região.

De acordo com os relatos extraídos a partir das entrevistas e visitas à comunidade, o processo de evolução agrária não é diferente das outras comunidades do Recôncavo segundo Santos (2017), pois os estabelecimentos rurais são minifúndios, áreas abaixo do módulo fiscal do município. Os agricultores (as) familiares da comunidade do Carpina alegam a falta de incentivos e políticas públicas adequadas para desenvolver um agroecossistema que produza alimentos saudáveis, gere renda e sustentabilidade da propriedade.

As atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores (as) da comunidade no período de sua formação, são agricultura de autoconsumo e pequenas criações sendo que os excedentes eram comercializados, garantindo a segurança e soberania alimentar dos agricultores (as) da comunidade. A produção de fumo para charuto tinha maior expressividade econômica para renda das famílias.

A cadeia produtiva de fumo para charuto no Recôncavo teve seus momentos de prosperidade e crises (MOTA, 2014). Atualmente a produção de fumo para charuto é realizada em pequenas áreas da agricultura Familiar e possui algumas fábricas e armazéns ativos nos municípios de (São Felix-BA, Governador Mangabeira-BA, Muritiba-BA e Cruz das Almas-BA). Os agricultores abordados neste trabalho, os minifundiários, compraram propriedades com a cultivo da laranja já implantada ou plantaram a mesma em pequenas áreas dando diversidade a agricultura com três cultivos de importância econômica na renda familiar, (mandioca, fumo, laranja).

Com a crise da fumicultura em 1980 os produtores tiveram menor acesso a adubação química afetando a produtividade, por conta da dependência do agroecossistema a fertilizantes químicos. Neste período a mandioca se tornou o cultivo principal, que beneficiada, gerou valor agregado. A década de 1990 é marcada pelos preços mais justos sendo pagos na compra da farinha de mandioca, tendo maior rentabilidade acompanhada da laranja. Porém a renda gerada não foi suficiente para os agricultores (as) se reproduzirem socialmente com a renda das



atividades agrícolas, os agricultores buscaram como alternativa, a venda da mão de obra para propriedades rurais e empregos em empresas localizadas próximo a comunidade.

Tipologia dos agricultores (as) da comunidade do Carpina. A tipologia foi construída com os dados de 34 entrevistas realizadas. Agrupou-se os agricultores (as) em três tipos de acordo com tamanho das áreas, atividades agrícolas, (renda agrícola, extra agrícola e familiar). Essa separação e agrupamentos consideraram o sistema de produção dos agricultores (as).

Os agricultores (as) familiares agrupados no tipo 1, desenvolvem a produção de mandioca, agricultura de autoconsumo e pequenas criações em áreas que variam de 1 a 1,5 hectares. A renda agrícola gerada não é suficiente para reprodução social das famílias. O Bolsa Família entra enquanto complemento de renda familiar. A produção de autoconsumo tem papel central na permanência das famílias no campo, gerando soberania e segurança alimentar, e o excedente da produção de autoconsumo é comercializado.

A renda agrícola do tipo 2, não garante a reprodução social da família tendo como complemento de renda o Bolsa Família. O tipo 2 se diferencia por desenvolver a produção de fumo para charuto integrada a empresa que fornece os insumos (semente, adubação e acompanhamento técnico em alguns casos), o agricultor entra com a terra e mão de obra.

A empresa estima os valores a serem pagos pela produção de acordo com a classificação das folhas de fumo, o pagamento é realizado descontando os valores dos insumos fornecidos. Nos casos relatados o valor da produção é superior aos valores dos insumos fornecidos, porém o valor é inferior às diárias de trabalho empregado na atividade. O objetivo da empresa, é se apropriar da mão de obra familiar e uso da terra, tratando o agricultor/a como parceiro.

O tipo 3 se diferencia por sua pluriatividade, com produção de laranja, fumo e mandioca, compondo a renda, aposentadoria e empregos extra agrícola como renda principal. Segundo Schneider (2003), a pluriatividade é uma das características da Agricultura Familiar, sendo uma das estratégias adotadas para se reproduzir socialmente no campo.

Os agricultores (as) agrupados no tipo 1, 2 e 3, têm renda agrícola que não garante a reprodução social das famílias. O tamanho reduzido das propriedades (minifúndio), a utilização intensiva de agrotóxicos, adubação e maquinário agrícola tem como consequência a degradação do agroecossistema. A mão de obra familiar despendida em atividades extra agrícolas, tem relação com a falta de respostas econômicas das atividades agrícolas. O Bolsa Família, aposentadoria e empregos extra agrícolas são complementos ou renda principal de muitas famílias no espaço agrário.



As mulheres negras historicamente foram exploradas no trabalho na produção de charutos, cigarrilhas e fábricas no Recôncavo, estratégia que garantiu a reprodução social das famílias. Atualmente as mulheres negras no espaço agrário do município de Governador Mangabeira-BA, protagonizam importante papel na produção agrícola, nas atividades coletivas das comunidades, na geração de renda familiar, na liderança comunitária e sindical juntamente com a juventude.

O espaço agrário analisado apresenta desafios como a necessidade de implementação de uma política de reforma agrária, que amplie o tamanho das propriedades rurais destes agricultores/as familiares, para permitir uma ampliação da produção, assim como da ampliação das atividades agrícolas para diversificar as fontes de renda familiares. Uma reforma agrária, que deve vir acompanhada de políticas, programas e ações integradas do Estado brasileiro e do estado da Bahia, que incentivem a transição agroecológica como uma ferramenta para uma produção agrícola condizente com a realidade histórica, cultural, social e econômica desta comunidade e município.

A transição agroecológica a partir de seus princípios de diversidade produtiva, produção harmoniosa com a natureza, otimização dos recursos locais, mão de obra e trabalho familiar, organização social e coletiva como associações e cooperativas de agricultura familiar para organização da produção e especialmente da comercialização da produção das famílias, contribuem para uma maior autonomia das famílias frente às empresas de integração para a comercialização com preço justo da produção agrícola local.

A agroecologia enquanto um paradigma de produção ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo (GLIESSMAN, 2009) (SILIPRANDI, 2015), se apresenta como uma oportunidade concreta para contribuir na transformação do contexto das famílias da comunidade da Carpina, marcadas por relações de produção injusta do sistema integrada da fumicultura, de dependência da cadeia produtiva direcionada ao mercado de exportação, das relações de trabalho de exploração, renda insuficiente da produção agrícola e da degradação ambiental pelo uso de agrotóxicos e fertilização química.

Conclusões

A realidade vivenciada pelos agricultores da comunidade do Carpina não é uma particularidade, a minifundiarização, a renda agrícola precária, a exploração da mão de obra na produção de fumo e a migração são problemas recorrentes encontrados no espaço agrário do município de Governador Mangabeira-BA.

Para alterar essa realidade são necessárias políticas públicas de financiamento público subsidiado, comercialização em circuitos curtos, feiras locais, compras institucionais e comercialização direta com os consumidores, inclusão dos agricultores em redes e coletivos organizados como associações e cooperativas e redes de Agroecologia, projetos e programas que contribuam com a transição agroecológica das propriedades dos agricultores familiares.



A Agricultura Familiar no espaço agrário analisado passa por limitações que põem em risco sua reprodução social, é preciso construir um processo de reforma agrária que desapropriar os latifúndios e reestruture os minifúndios, incentivando a transição agroecológica com protagonismo dos agricultores (as) familiares e construção de políticas públicas que compreendam a heterogeneidade da Agricultura Familiar, inserindo os produtos agroecológicos nos mercados instrucionais, feiras livres e mercados populares com objetivo de garantir acesso a alimentos saudáveis a população dos centros urbanos e rurais.

Neste estudo, conclui-se que a reprodução de um modelo de produção convencional, agroexportador, de utilização de insumos externos ao agroecossistema local, em escala menor dos agricultores familiares, não é uma forma adequada para a agricultura familiar. É necessário a transição e implementação de outro paradigma de produção, baseado na pluriatividade, no trabalho coletivo e associado, na comercialização em circuitos curtos, locais e institucionais, no uso e otimização dos recursos internos dos agroecossistemas locais, produção vinculada a sustentabilidade do agroecossistema e com geração de renda para o desenvolvimento da produção e reprodução das famílias agricultoras de forma digna, cidadã e adequada.

Referências bibliográficas

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 24 p., 2004.

FAO. **Guidelines for agrarian systems diagnosis**. Rome: Food and Agriculture Organization - FAO, 1999. (Land Tenure Service, Rural Development Division, Sustainable Development Department, FAO). Disponível em: <http://www.fao.org/sd/ltdirect/LTre0010.htm>. Acesso em: 19 abr. 2013.

GLIESSMAN, Stephen. R.; **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**, Editora UFRGS, Ed. 4, Porto Alegre. 2009.

IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2018.
MOTA, G. S. Luciana. **Manufaturas de Fumo no Recôncavo Baiano: Vestígios de Patrimônio Industrial. Tese [Doutorado]** Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

SANTOS, S. Jánderson. **A questão agrária no Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar** [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, 252 p. ISBN 978-85-386-0389-4. Available from doi: 10.7476/9788538603894. Also available in e PUB from: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>.



SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: Transformando o campo, as florestas e as pessoas**. UFRJ. Rio de Janeiro. 2015.